

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da Sessão Especial

Realizada em 18 de Agosto de 1971 — (4.^a-Feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli; às 14,30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzal, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a sessão.

Os trabalhos de hoje, conforme é do conhecimento dos srs. Deputados, terão característica especial diversa da habitual. É que nesta data, por sua solicitação, comparece a esta Casa, o Exmo. Sr. Haroldo Carvalhido, Secretário de Educação e Cultura, para proferir Palestra sobre a Reforma do Ensino, determinada na Esfera Federal, e preste a ser implantada em nosso Estado.

Designo uma Comissão, composta dos Srs. Deputados Acyr José, Mauricio Fruet e Fabiano Braga Côrtes, para introduzirem S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, no recinto deste Plenário.

E introduzido no Plenário o Sr. Secretário de Educação e Cultura, sob palmas)

Designo o sr. deputado Arthur de Souza para, em nome da Casa, saudar S. Exa. o sr. Secretário de Educação e Cultura, Coronel Haroldo Carvalhido.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Secretário de Educação, Exmo. Sr. Secretário de Segurança, Coronel Pérsio Ferreira, Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, dr. Cássio Bittencourt de Macedo, Exmo. sr. General Alcino Gonçalves Pereira, Delegado da Polícia Federal em nosso Estado; Exmo. sr. General Mário Fortes que representa o SNI nesta so-

lenidade, Exmo. sr. Tenente Coronel Ernesto Virmond, que representa o General Comandante da Região, srs. Deputados. Professores aqui presentes, Diretoras de Departamento da Secretaria de Educação, demais autoridades presentes, meus senhores e minhas senhoras.

O Brasil, este colosso que deslancha e que ninguém segura tinha uma preocupação, e uma preocupação muito séria. Porque ele sabia que algo deveria ser feito no que respeita a alguma coisa de muito importante num trinômio que sempre se considerou básico: a educação.

E sentimos já, e sentiam com mais profundidade aqueles diretamente ligados aos alunos, srs. Professores, que a Lei de Diretrizes e Bases já não atendia a esse crescimento, já não atendia mais às necessidades deste País. E agora, quando é Ministro de Educação, S. Exa. o sr. Jarbas Passarinho eis que um novo passo, um corajoso passo é dado. E então acabaram com a Lei de Diretrizes e Bases e surge uma nova Lei de Ensino.

Senhores, nesta Casa, hoje não há Deputados de Governo e Deputados da Oposição. Há, isso sim, todos aqueles homens que representam parcela do Paraná, porque os srs. Deputados que têm assento na Oposição, muitos deles foram Prefeitos e como Prefeitos conhecem de sobejo os problemas da Educação, porque constantemente eles eram obrigados a vir a Curitiba e entrar em contato com a Secretaria de Educação para tratar de assunto de interesse de seus Municípios.

E cada Deputado que tenha ocupado o cargo de Prefeito, ou não, mas que é sempre um preocupado com o Ensino, porque em cada região os reclamos surgem, as necessidades aparecem e o atendimento tem que ser feito: cada um deles é um homem que conhece esses problemas profundamente.

Por isso, sr. Secretário de Educação, sr. Coronel Haroldo Souto Carvalho, quando V. Exa. que foi um dos mais ativos membros do Conselho de Educação, que conhece com muita autoridade o problema do Ensino, não só no Paraná mas em nosso Brasil, quando V. Exa. se dispôs espontaneamente a comparecer a esta Casa e dizer e satisfazer o interesse que nós outros temos com relação ao que se vai fazer neste Brasil no que respeita ao Ensino.

Receba, sr. Secretário, a nossa saudação cordial e nosso voto de confiança porque sabemos que S. Exa. o sr. Governador do Estado, Dr. Haroldo Leon Peres, quando escolheu a pessoa de V. Exa. para assumir aquela Pasta, sabia em que mãos depositava Secretaria de tanta importância.

Confiamos em V. Exa. nós o saudamos e nós desejamos que tudo aquilo que V. Exa. tem planejado para o Ensino no Paraná, possa ser pôsto em prática. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra e a satisfação de conceder a palavra a S. Exa. o sr. Secretário de Educação e Cultura, Coronel Haroldo Souto Carvalho.

O SR. HAROLDO SOUTO CARVALHIDO — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, srs. Secretários de Estado, sr. Representante do sr. Gal. Comandante da Região, demais Autoridades presentes, srs. Deputados, srs. Professores e Diretores de Estabelecimento que me honram com sua presença neste momento.

Meu comparecimento a esta Casa deve-se a uma imposição, a uma determinação do sr. Ministro da Educação e do próprio Presidente da República. S. Exa. sr. Garrastazu Médici, que nos determinou na Reunião de Brasília, aos Secretários de Estado, que ao regressarmos aos nossos Estados fôssemos apóstolos da nova Lei que regulá a sistemática da educação no Brasil.

Eis porque encontro-me aqui, neste momento. Nenhum lugar melhor que este para, pela primeira vez, falar-se sobre a nova forma de educação;

nenhum lugar melhor que este, falando diretamente aos srs. Deputados, aqueles que têm a obrigação de fazer as reivindicações das comunidades que representam, aqueles que recebem todos os dias, a todos os momentos, pedidos dos Prefeitos, dos Diretores de Estabelecimento, dos Professores que sofrem, enfim, aquela pressão da comunidade que determina por des-saguar na Secretaria de Educação e Cultura.

A palestra que me proponho a fazer tem o sentido de levar aos srs. Deputados o que contem a nova Lei, para que os srs. Deputados sejam o porta-voz da nova Lei, junto às suas comunidades e possam, portanto, compatibilizar as aspirações das comunidades com o que a nova sistemática de Ensino prevê para o Brasil nos próximos anos.

Disse bem o Sr. Deputado Arthur de Souza quando acentuou que a Lei de Diretrizes de Bases havia sido ultrapassada pelo progresso da Nação, nos últimos anos. É uma Lei relativamente nova, é uma Lei de 1961, que dez anos depois sofre uma reformulação quase que total.

Esta reformulação, no entanto, não é intempestiva. Tem razões. Ela é uma exigência do crescimento vertiginoso e quase inexplicável do Brasil nesses sete anos que passaram a partir de 1964, até hoje. Apenas é uma adequação das necessidades atuais e pretende uma projeção para o futuro para que Ano Dois Mil, que é uma das metas da Revolução, o Brasil venha a se alinhar entre as potências mais desenvolvidas do mundo.

Todos os Senhores sabem que este desenvolvimento somente será possível e realizável se dispusermos de equipamento educacional que conduza o Brasil para seus altos destinos.

A Lei surgiu pela instituição de um Grupo de Trabalho, pelo Decreto 66.600 de 25 de 5 de 70, instituído pelo sr. Ministro da Educação, que mandava que se estudasse uma nova fórmula para o Ensino no Brasil.

Esse Grupo de Trabalho, constituído por membros do Conselho Federal de Educação, por Professores de Universidades, por Professores de diferentes graus de Ensino então existentes, partiu para um pré estudo, um estudo de parâmetros, que iria balizar a nova Lei. Chegou-se, então, à conclusão que a Reforma que se pretendia fazer não podia e não devia ser semelhante a outras reformas feitas até então, que eram reformas mais de estrutura, reformas mais de forma que, de fato, reforma de conteúdo. Partiu, então, para que a nova Lei tivesse um sentido de atualização e um sentido de expansão. É evidente que devia partir inicialmente da Via Legislativa, embora os Senhores, mais do que ninguém, esteja conscientes que a via Legislativa não tem o poder mágico, não tem a varinha de condão de simplesmente se fazer uma nova Lei e ela ser promulgada, sem mudar o estado de coisas! Mas a recíproca também é verdadeira — sem uma Lei que se proponha a mudar alguma coisa, não se consegue a modificação. Então a nova Lei teve, como início, a via Legislativa e depois se pretende uma Lei que por si só tenha instrumentos, que ela vá se atualizando e que ela vá se expandindo sem necessidade de novas Leis futuras, porque, senão, ficaríamos sempre numa série de Leis modificando o sistema de Ensino do Brasil. Mas a Lei, meus senhores, partindo da via Legislativa e contendo em si todos os instrumentos para a sua expansão e para a nova exploração, de nada valerá senão se conseguir, com ela, uma profunda mudança de atitude, uma atitude dos Governos, uma atitude dos professores, uma nova atitude para os alunos, uma nova atitude, enfim, para a sociedade que aceite novas coisas, que procure modificar por si o que se procura com esta Lei, e o seu grande objetivo é esta mudança de atitude. Esse é o apelo do Secretário da Educação, este o apelo do Ministro da Educação, este o apelo que todos nós fazemos aos senhores, que sejam, os senhores, os condutores desta mudança de atitude junto às suas comunidades. Pretendeu-se, então, uma Lei que tivesse continuação, integração e a continuidade no processo educativo. O processo educativo, já disse alguém — está ali o Hengel La Torre dizendo — O

Homem não se educa por seguimentos independentes, mas, organicamente, e em sua totalidade, todos os senhores se lembram porque ainda era atual, até 12 deste mês, data em que foi publicada a nova Lei, que a educação era segmentária, ela era dividida, ela tinha barreiras. O que se pretende com essa nova Lei é uma rampa suave que inicie com as crianças nas primeiras séries do novo Ensino e que conduza estas crianças sem saltos, sem espasmos, sem barreiras, sem dificuldades, até o final da sua educação, aquela quase utópica de que todos fariam, uma vez iniciado o processo, todos chegariam aos níveis superiores da educação.

Montou-se então uma Lei que teria numa estrutura o pressuposto da integração vertical, uma integração entre os diferentes graus de ensino, entre os diferentes graus de série e, uma integração horizontal dentro das mesmas séries, havendo equivalências. Mais tarde falarei sobre isso com detalhamento. Ficariam então os dois pressupostos da integração vertical — que não houvessem saltos, que não houvessem degraus demasiadamente acentuados entre os diferentes graus de ensino em que se pretende implantar, e que também, dentro do mesmo grau de ensino, houvesse uma integração vertical de ensino. Aventou-se o “leque de opção” — os senhores vão ouvir falar muito sobre isto no decorrer desta palestra e vão ler sobre isto; a expressão parece um tanto antipática, um tanto pedante.

A nova estrutura então que se propõe, integra o antigo Primário e o atual Ginásio, em oito séries, que constituem o chamado Ensino fundamental, também muito propalado sobre esta forma de Ensino fundamental, mas os próprios educadores preferem num futuro para eles apenas subordinar, falar na ordem Ensino de ciclo, ensino de ciclo de primeiro grau, ciclo de segundo grau e ciclo de Ensino superior passa a ser ciclo de terceiro grau. Nos países mais adiantados, apenas dois graus de Ensino, um Ensino comum, para todos, que varia entre 10, 12, 14 anos e o Ensino de segundo grau que é o Ensino Superior para aqueles que conseguem chegar à Universidade. Nós tínhamos um tipo de Ensino de quarto grau, e pode-se quase que estabelecer uma relação entre países e ter vinte graus de Ensino. Normalmente, quanto menos desenvolvido é o país, maior o número de graus de ensino que existe neste país, porque isto reflete estratificação da sociedade, isto reflete a possibilidade econômica da sociedade. Todos os senhores se lembram de terem lido, de terem vivido alguns casos em que o Ensino era por demais dividido no Brasil. Passamos para uma divisão de quatro graus e agora estamos apenas em três graus, o que de fato já é um grande avanço, em relação ao passado, mais ainda no processo antigo, naquele preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases, após as quatro séries do Primeiro, aparecia a verdadeira barreira que era o exame de admissão e depois, então na faixa dos 11 aos 18 anos, não havia mais barreira alguma porque não se exige nenhum exame para que o rapaz, que o menino passasse do Ginásio para o Científico. Isto tem implicações e era uma sistemática errada, que deve ser levado em consideração o psiquismo da criança. É muito mais homogêneo a faixa de 7 a 14 anos, a faixa de 11 a 18 anos e a homogeneidade que tínhamos era de 7 a 11 e depois uma outra faixa de 11 a 18 e depois uma outra faixa de 11 a 18, dada as disparidades até cômicas que constataávamos numa parada escolar, meninos de 11 anos, pequenos, ainda, uma criança, ao lado de um adolescente de 18 anos, já um homem formado, todos eles na mesma faixa. É preciso não esquecer também, e os srs. professores e psicólogos aqui sabem disto, que a necessidade da criança de 7 a 11 anos é muito diferente da necessidade da criança de 12 a 18 anos. A criança até os 11 anos ainda está na fase que se chama o sintetismo infantil, ela vê as coisas em globo, ela não distingue detalhes, os professores e a maioria dos srs. conhece estes testes em que se determina a idade mental, através de desenhos. Uma criança de 7 a 8 anos faz um desenho de alguma coisa sem mostrar detalhes, porque ela vê o conjunto e deve aprender também por con-

junto. A medida que ela avança cronologicamente, a medida que a sua idade mental aumenta é que a criança, então, passa a observar detalhes. Uma criança de sete anos faz o desenho de uma pessoa e não coloca detalhes, como braços, pernas, ela faz aquele conjunto e estes detalhes vão apresentando, digo, aparecendo depois.

O sistema antigo apresentava falhas, aí também na parte do psiquismo da criança, porque a criança passava da professora a única, polivalente. Do primário, com 11 anos entrava no Ginásio, entrava numa faixa que tudo para ela era desdobrado, matéria diferente, professora diferente, quando ela não estava ainda mentalmente apta para este tipo de aprendizagem. Porisso, julgou-se mais lógico, que fôsse agrupado crianças de 7 até 14 anos. E depois, dos 14 aos 18 anos que viesse constituir o segundo ciclo. Há também na Lei, além deste fundamento psíquico, uma fundamentação, vamos dizer econômica, um fundamento social e outras fundamentações. Porque a Constituição obriga este tipo de educação gratuita para todos. A criança, o jovem, levará portanto consigo, uma bagagem educacional muito maior. Também, já poderia adiantar um pouco sobre uma nova palavra, porque as palavras têm moda, as profissões valorizadas no momento, impõem um certo tipo de linguagem, nós estamos no momento, entrando na linguagem do "pedagogês", estamos deixando de falar o "economês". Há uma nova palavra então hoje, na nova linguagem da Educação, que é o "pedagogês" que é terminalidade. Vamos falar muito em terminalidade daqui por diante. O antigo sistema, não tinha terminalidade, um jovem que começasse a sua educação aos sete anos no Ensino Primário, teria 4 anos de Primário, mais 4 de Ginásio, mais três de Científico, que seriam 11. E se ele fôsse estudar Medicina, teria mais cinco de Medicina, são seis, mas ele faria mais cinco, portanto, havia estudado 16 anos. E se por uma infelicidade qualquer, que não conseguisse terminar a 6.a série, ele estava absolutamente incapaz de exercer qualquer profissão neste País. Então não havia terminalidade, o nosso sistema antigo não previa terminalidade. Ou se percorria todos os graus, todos os degraus, e se conseguia no fim chegar-se à Universidade, e daí, com um título, em condições de se integrar na sociedade, ou então aos poucos, o próprio sistema ia marginalizando aqueles alunos que não conseguiam terminalidade. Este novo sistema prevê terminalidade.

Estou me adiantando um pouco, mas prevê, terminalidade. Prevê terminalidade a partir da 6.a, 7.a e da 8.a séries. A terminalidade global do sistema, vai se dar na 8.a série, a todos aqueles na 4.a série do 2.o grau. Quer dizer, aqueles que terminarem a 4.a série do segundo grau, estes estão em condições de trabalhar. O ideal, então, seria um ensino contínuo, numa em condições de trabalhar. O ideal, então, seria um ensino contínuo, numa linha ascendente sem degraus. Ainda existe no nosso Estado, estágio de desenvolvimento, numa divisão em graus. Mas há uma exigência constitucional. O Artigo 176 da Constituição, no seu inciso 2.o, obriga que a educação seja gratuita e obrigatória dos sete aos 14 anos.

Então, partindo daí, aquele grupo de trabalho, que aproveitando este dispositivo constitucional, houve por bem, dividir o Ensino nessas duas faixas, pelo menos o que se implanta no momento. Porque a Lei 5.540, já tem dois anos, esta, já reformou o Ensino Superior. Apenas, reformado o Ensino Superior, mas não reformado o nosso atual Primário e Ginásio, não havia mais correspondência entre os dois sistemas, o que se faz hoje, é uma complementação da 5.540, partindo de cima para baixo, da Universidade para até, o Primário. Hoje, nós temos esta Lei promulgada dia 12, completa, que é a Reforma da Estrutura Educacional Brasileira.

Mas já me adiantei, havia falado do cultivo das aptidões específicas que implicam na continuidade. Aquelas aptidões específicas da criança, aquela necessidade que a criança tem, e, finalmente, nós teremos sempre, a terminalidade, uma terminalidade geral que é aquela terminalidade ideal, aquilo

que a Lei hoje dá como ideal, a terminalidade à nível de última série do segundo ciclo. Portanto, um estudo de 12 anos, ali está a terminalidade de nosso sistema.

O Ensino de terceiro grau será aqui como é em todos os lugares, o Ensino Superior, será sempre o ensino para poucos.

E, finalmente, podemos concluir que a continuidade é inversamente proporcional a terminalidade. Se se faz todo o sistema, não vai haver terminalidade. Vai-se até os graus superiores. E, depois dos graus superiores, até sob a forma de enriquecimento cultural, o homem continuará sempre crescendo. Mas, alguns brasileiros, em algumas regiões do Brasil, embora a terminalidade legal seja a mínima de 8 o a geral a dos 12 anos, em alguns casos, vamos ainda ser obrigados a baixar um pouco essa terminalidade. Nos Municípios mais pobres ainda vamos ter terminalidades de 6 anos. Ainda vamos ser obrigados — e os educadores estão conscientes de que isto é um erro mais é necessário; é melhor se dar alguma terminalidade a criança, antes do tempo, porque ela não tem condições de prosseguir. Porque o Estado, o Município, a Família, a Sociedade, em si, não têm condições ainda de dar aquela terminalidade geral que seria a desejável; ainda assim, sabendo que isto é um mal, teríamos que dar terminalidade a nível de sexta-série, se é um exemplo clássico que a fruta amadurece no pé e pode amadurecer na estufa; ela azêda ou não, ela amadurece. Então, essas crianças ficarão um pouco mais azêdas que as outras. Não terão os mesmos direitos que as outras tiveram, não terão as mesmas oportunidades que as outras tiveram; mas terão alguma terminalidade; terão alguma condição de trabalho.

Para que se consiga uma integração horizontal e uma integração vertical, vamos ver a integração horizontal. De que maneira nós podemos adaptar, de que maneira nós temos uma rede física existente; uma rede física defeituosa; uma rede física que foi constituída à medida das necessidades. Ela foi emergente. O Paraná cresceu desordenadamente e desordenadamente também cresceu a nossa rede escolar. Então é preciso que a partir de agora haja racionalização de distribuição de unidades escolares; e isto já está sendo feito; já posso lhe adiantar, a Fundepar no seu Departamento de Pesquisas, está em estudo um projeto que é de carta escolar; um projeto que é a somatória de um trabalho de muitos anos, que é aquele trabalho de estatística que ela vem fazendo. Então teremos que racionalizar a distribuição das nossas escolas. Temos que providenciar a integração das habilitações e instituições aplicando em utilização de recursos materiais e humanos.

E, finalmente, temos que ver a oferta de modalidade de habilitação no mesmo estabelecimento.

Mais tarde, isto será detalhado.

A integração física, dos estabelecimentos, o caso real do Brasil; o caso real do Paraná, o caso que os senhores conhecem muito bem, nas pequenas Escolas Municipais. A partir deste momento, a partir desta lei. Não quer dizer que isto vai ser feito já, que nos próximos anos se comece no Paraná toda esta nova modalidade; há um tempo de maturação; haverá um tempo para estudo; haverá um tempo para racionalização. Mas sempre daqui para o futuro, estremos voltados e seremos obrigados a reunir pequenas escolas em estabelecimentos mais amplos.

Vamos ter, entrosamento e intercomplementariedade entre si e ou entre instituições. A escola, não estará sozinha.

A escola terá que procurar outras ligações e finalmente os Centros Interescolares que reunirão serviços, disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos. É evidente que, com nossa rede física atual, não podemos de um momento para outro passarmos para oito séries em todas as escolas. Mas é possível reunir algumas escolas. Duas, três pequenas escolas, aproveitando o Corpo Docente. Numa, professores bem qualifica-

dos, em outra professores razoáveis em algumas matérias, boas direções, direções razoáveis, boas instalações, instalações inexistentes. Tudo isto reunido, deve nos propiciar, pelo menos de primeiro momento, que se possa em algumas áreas do Estado ampliar o Ensino de primeiro grau e o Ensino de segundo grau.

As formas são as mais variadas possíveis. As variações são inúmeras. Vai depender da imaginação, da capacidade. Da nossa imaginação e da nossa capacidade. Reunião de dois ou mais estabelecimentos pequenos, em um só. Um deles, por exemplo, dará apenas uma parte da educação. Outro, dará aquilo que for técnico e que não há condição de ser dado no primeiro. O aluno, a partir de agora, com esta nova implantação, vai se mover muito. No entrosamento, na intercomplementariedade dos estabelecimentos as coisas tornam-se mais amplas. Vamos envolver Clubes recreativos, campos de futebol. Muitas escolas não dão educação física porque não dispõem de local apropriado. No bairro existem clubes que as crianças e seus pais frequentam e este estará compreendido nesta nova modalidade de ensino. Todos serão responsáveis. Toda a comunidade tem que se envolver neste processo e esperamos que ela compreenda. É a mudança de estrutura que se precisa, sem a qual a reforma será apenas mais uma lei.

Uma firma pode ter uma oficina que é ociosa durante determinadas horas do dia. As crianças desta escola irão para a oficina e terão técnica — Sesi, Senai, Senac, organismos aparentemente desligados das escolas, hoje, serão reunidos, porque todos serão responsáveis, todos terão obrigação de participar da educação.

Apresento, como exemplo, algumas das formas possíveis. Como disse, vai depender muito de nossa imaginação, de nossa capacidade de montar o sistema.

Temos um exemplo — centro inter-escolar, reúne serviço, disciplina ou áreas de estudos afins.

O Colégio Estadual do Paraná, por exemplo, é um grande Colégio que tem laboratório, que tem oficina, que já tem uma série de requisitos que possam fazer dele apenas um estabelecimento aonde se vai instalar o segundo ciclo. Vários ginásios, que fisicamente existem ao redor dele, serão contribuintes, o que quer dizer que o menino pode fazer quatro séries num e quatro em outro. Haveria mais uma sub-divisão integrando grupos escolares aos ginásios existentes e esses ginásios a grandes colégios.

Os Senhores dirão que vai dar trabalho. Vai dar. As compatibilizações, as variantes são muitas. Mas acredito que o homem paranaense, que venceu tantos desafios, será capaz de vencer mais este.

Finalmente outra forma mais complexa. Dois grandes colégios, em que o aluno de um ciclo frequentaria ao mesmo tempo um colégio naquela parte em que este colégio é mais bem capacitado e outro que lhe daria aulas técnicas. Porque o leque de opções vai oferecer várias técnicas em outros colégios.

O ideal seria uma unidade de ensino fundamental. Aquêlê colégio que tivesse as condições de, num único bloco, com todos os professores qualificados e prontos para isso, ali se desse esta educação.

Até chegarmos aí teremos uma longa caminhada ainda a percorrer.

Então, a lei procurou solução quanto a estrutura, tornando os graus mais abrangentes. Terminando com aquela divisão antiga em quatro graus. São três graus. Mas graus mais abrangente e compatíveis com as faixas etárias e psicológicas.

Para o primeiro grau, é a criança, é o adolescente. É aquela semelhança que já frisei aos Srs. O grupo de 7 a 14 anos tem muito mais afinidade do que o antigo grupo de 11 a 18 anos.

O segundo grau: ensino para adolescente.

O que se pretende com essa lei? O que se pretende quando ela estiver

implantada, o que se pretende fazer com as nossas crianças, com o futuro do Brasil, com os homens que irão dirigir esta Nação?

Podemos dar, na ordem, objetivos. O objetivo geral, uma dimensão individual a cada pessoa por si, a auto-realização de sua pontecialidade.

Acredito e creio, firmemente, que essa nova modalidade de ensino se_ já capaz de propiciar a auto-realização, a cada pessoa em si.

Teríamos uma segunda ordem que se procura, de dimensão social, que seria uma qualificação para o trabalho, mas, ao mesmo tempo, daria nova dimensão ao indivíduo, para que ele se auto-realize em suas potencialidades e tenham uma qualificação para o trabalho.

E, finalmente, uma política, uma preparação política que pretende, com essa lei, preparar o homem para o exercício consciente da cidadania.

É evidente que se o indivíduo é auto-realizado, se ele está qualificado para o trabalho, com facilidade ele está preparado para o exercício eficiente da cidadania.

Estes os fundamentos da Lei. Dai, para que seja aplicada, para que ela seja factível, é necessário um currículo que expresse esta filosofia que comandou a implantação da nova Lei.

O novo currículo é abrangente, não há mais aquela separação de matéria, área de estudo, disciplina e atividade. É muito difícil, a não ser para o pedagogo mais profundo, uma distinção correta entre o que fôsse matéria, área de estudo, disciplina e atividade. Poderia tentar, dar aos Senhores, um exemplo: uma matéria seria comunicação-expressão. A criança não precisaria mais estudar, ou melhor, não estudaria mais português, desenho, linguagem, ou seja o que fôr, nas primeiras séries ela aprende, por suas características biopsíquicas o conjunto.

Deve então ser comunicação-expressão. Falar, escrever, desenhar. Porque, muitas vezes, ela também só se comunica, e se comunica muito bem, através do desenho.

Depois, as áreas de estudo também se separariam. Ficaria a comunicação de um lado, e de outro lado a expressão. Então, iria se abrangendo, em leque, em disciplina e depois em atividade. Tudo aquilo que a criança faz dentro da escola estaria ligado a uma disciplina, a uma área de estudo, e, finalmente, a uma matéria.

O currículo então não pode ser um para o Brasil inteiro. O Conselho Federal irá fixar um mínimo que tornará o ensino brasileiro, que dará a verdadeira dimensão nacional do Ensino, que fará com que a criança do Amazonas até o Rio Grande do Sul, tenha um mínimo dentro desse currículo; que faz dessa educação uma educação nacional, uma educação brasileira, mas também será permitido, através dos Conselhos Estaduais de Educação, à escola, e ao próprio aluno, que haja uma diversificação.

Então, teremos características regionais para atender o contexto sócio-econômico das regiões e características individuais.

A criança, o jovem, têm preferências. A eles vai ser dado, vai ser permitido, exercer esse direito de preferência dentro da escola, desde que a Escola possa oferecer a ele aquela grande gama de opções, entre as quais ele vai escolher aquilo que mais o satisfaz.

Finalmente chegamos à abertura do famoso leque de opções onde se procura, dentro do possível, dentro de cada região, dentro de cada estabelecimento, se oferecer aos alunos aquilo que fôr o máximo de opções possíveis. Num currículo teremos educação geral e educação específica. Para o primeiro grau, a educação será eminentemente geral, aquela voltada para o indivíduo, para a pessoa humana. Vemos, no gráfico, que somente a partir da primeira, segunda, terceira e quarta séries, toda ela é geral. A partir da quinta, sexta, sétima e oitava séries, já se dá alguma educação específica, no sentido, primeiro de sondagem de aptidão. O que é que

a criança gosta, o que ela faz, o que ela tem habilidade, onde ela consegue trabalhar melhor. E na última série, terá iniciação para o trabalho.

Essa iniciação, já me referi antes, é naquele sentido de que as oito séries serão durante muito tempo o término para a grande massa do estudante brasileiro. Estamos conscientes disso, que durante muitos anos, não posso precisar quantos, mas a grande massa do estudante brasileiro chegará apenas até a oitava série. Então seria aquela terminalidade geral, então ele sai da escola com uma iniciação para o trabalho, ele sabe fazer alguma coisa, foi sondada na criança a sua aptidão e dentro dessa aptidão, foi proporcionado algum treinamento, foi iniciado em algum trabalho. Estará em condições, ao abandonar a escola, de exercer alguma profissão, alguma coisa para a qual estará muito melhor qualificado do que hoje.

Na superposição do primeiro e segundo grau podem ver que a educação específica cresce suavemente, de tal maneira que a terminalidade real, aquela que só vai se conseguir com a 8.a série, na última série há uma predominância absoluta da educação específica sobre a geral.

Essa lei, que foi acusada de lei tecnológica, os Senhores terão lido nos jornais ataques ao que se pretendia e agora já é lei. Não é verdade. Não se deixa de lado a educação humanística. Não se abandonou a lei e podem ver pela própria educação geral e educação específica que não se pretende fazer aquele tipo de educação já tentada em alguns países e que talvez não tenha dado certo. Aquêla da Técnica absoluta, a ponto de servir de brinCADEIRA, técnico que só aperta parafuso para a esquerda, técnico que só aperta parafuso para a direita. Não é isso que se pretende.

O que se pretende é educação geral, para formar o homem brasileiro, integrado na sua sociedade brasileira.

Agora, o que não se pode também, é voltar aos tempos passados, em que só tinha validade o academicismo, só tinha validade o humanismo. Os tempos mudaram. É preciso que haja compatibilização entre as duas coisas, a educação geral e a educação específica.

A educação específica passou a ser predominante, quando o rapaz está pronto para receber essa educação específica.

Alguns se lembram daqueles Ginásios ferroviários, Ginásios disso e daquilo, que eram um absurdo. Um criança de 11 anos, já determinava que iria ser um ferroviário, porque fez um ginásio ferroviário e tem que ir ser ferroviário.

Esta nova lei é ampla, permite escolha na época em que a pessoa está em condições de escolher e não antes, o que seria uma verdadeira imposição.

Também se dizer que a Lei terminou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não é verdade. Ela não liquidou com essa Lei. Ela converteu a lei de Diretrizes e Bases naquilo que a própria Lei tinha de bom, de excelente. Ela continua dando ênfase a formação integral do educando como pessoa. Não é um desenvolvimentismo a todo custo. Não se busca com isso aquele desenvolvimentismo a todo custo. Desenvolvimento para que? Tecnicismo para que?

Será que isto torna o homem mais feliz? Temos dúvidas. Alguns países, altamente desenvolvidos em técnica, enfrentam, no momento, contestações verdadeiramente difíceis de serem contidas. Não queremos isto. Temos a vantagem do sub desenvolvimento, de podermos observar o que os mais avançados estão fazendo e podermos corrigir o erro. Seremos absolutamente incapazes se não conseguirmos analisar as grandes tendências mundiais hoje e corrigirmos estas distorções para que venhamos a ter um sistema educacional que não nos conduza às contestações, a esta verdadeira não aceitação da juventude para aquele estado de vida que se lhes quer impôr.

Então, a Lei nova conserva a ênfase na formação integral do educando

como pessoa humana, continuou com seu cunho centralizador, mas não é aquilo, o Ministério dizia — faz-se isto e a Escola não tinha opção dentro da lei porque tudo vinha do Ministério. A variedade e equivalência dos estudos, no meu entender, ultrapassou a Lei de Diretrizes de Bases. Essa lei foi tímida quando pregou e quando em seus artigos falava de equivalência mas, realmente, não era. Era paralelismo porque, ela mesmo admitia e somente aceitava as equivalências mediante os chamados exames de adaptação. Ela foi tímida. Esta foi mais arrojada, não há este exame de adaptação. Hoje há verdadeira equivalência, não paralelismo. Manteve a flexibilidade dos currículos e finalmente a liberdade do ensino. Cada um pode continuar escolhendo o tipo de ensino que quiser.

Estes, meus Senhores, é o conetúdo e a filosofia da nova Lei. Por que esta Lei foi necessária? Os senhores vêm ali um retrato da educação no Paraná, hoje. Um retrato estático do que seria a educação no Paraná.

Primário, Médio do Primeiro Ciclo que seria o Ginásio, Médio do Segundo Ciclo e Superior.

No Superior são computadas: a Universidade Federal, a Universidade Católica, todas as Universidades Estaduais e todas as escolas isoladas ainda existentes no Estado. Isto se chama pirâmide educacional. Não é pirâmide, é mais um obelisco, não tem ainda nenhum aspecto de pirâmide.

No Primário em 1969, os dados para hoje mudarão, mas apenas em número, os índices permanecerão os mesmos, tínhamos matriculados 895.347 crianças.

Na passagem do primário para o Ginásio esses 895 mil se reduziram a 172 mil apenas. O resto ficou pelo caminho sem nenhum preparo, sem nenhuma condição para enfrentar a vida.

Na passagem do Ginásio para o Colégio os 172 mil se reduziram a 53 mil apenas.

E, finalmente, desses conseguiram ingressar no Ensino Superior 22.014.

É um desperdício muito grande, é uma perda enorme de potencialidade.

Nenhum país pode se permitir ao desperdício daquilo que tem de mais valioso que é sua juventude.

Mas, ainda, dentro do sistema dos diferentes graus, dos quatro graus antigos da educação. Há distorções graves dentro de cada nível. No Nível Primário, por exemplo, de 896.000 alunos, 416 matriculados na 1.a série, e na 2.a apenas 194. A grande barreira portanto do Primário, estaria entre a 1.a e a 2.a séries, vencida a 2.a série a pirâmide se torna mais ou menos coerente, pelo menos as linhas estão mais ou menos sintonizadas, não há esse grande abatimento que há entre a 1.a e 2.a séries.

2.a, 3.a e 4.a séries;

A 5.a é uma série toda especial porque não foi implantada em todas as escolas do Paraná, e os Senhores notem que, da 5.a série do Primário para a 1.o do Ginásio há uma aparente incoerência no gráfico, porque a 1.a série do Ginásio tem mais alunos que a 5.a do Primário. Vamos levar em consideração que é possível a passagem, hoje, pelo nosso sistema, direto da 4.a Série do Primário para a 1.a do Ginásio e que há também, como aí acontece, a grande barreira do exame de admissão. Há também uma demanda acumulada daqueles que estão fazendo Cursinho, daqueles que têm a possibilidade econômica de Cursinho para que depois então seja vencida esta verdadeira barreira que é o exame de admissão, e sejam levados a 1.a série.

A pirâmide do antigo Ginásio é também coerente. Há pequenas distorções, ela vai diminuindo mas não tão acentuadamente como no Ginásio; no Médio ela se torna ainda mais coerente, mas poucos chegaram até lá.

E, finalmente, no Superior em que começaram — ali lançamos até a 6.a série pelos cursos de Medicina — 7.499, vamos encontrar na 6.a série apenas 288, que é um número relativamente alto, mas é que Medicina é o

único curso com 6 séries, nós temos a Faculdade Federal, a Católica, a Evangélica e a Medicina de Londrina, seriam então 4 Escolas de Medicina que dariam aquele número de 288.

Este é, no momento, um retrato da Educação no Paraná, do desperdício da Educação no Paraná. Não é diferente da média brasileira, a média brasileira anda ao redor disso também, apenas alguns Estados mais privilegiados economicamente teriam pirâmides educacionais melhores que a nossa, mas mesmo assim ligeiramente melhores que as nossas. Estaríamos dentro da média. Porque acontece isto no Paraná, porque acontece isto no Brasil?

Vamos apresentar aos Senhores, alguns dados: —

Corpo Docente Estadual: —

Professôras normalistas — em vermelho — 37%;

Professôras não qualificadas — em vermelho;

Professôras normalistas — em preto — apenas 37,1%

Professôras com curso superior, 1,8%.

Então nós somos hoje, e com tristeza digo isso, o 4.º Estado em maior número de professoras não qualificadas. Esta é a nossa estatística, porque aqui tive o desprazer de no Ministério da Educação há duas semanas atrás e que em decorrência da qual o Paraná teve suas verbas liberadas para o Plano Nacional de Educação, nos dava como tendo 75% de professoras não qualificadas exercendo o Magistério no Estado. Esta uma das causas da distorção do nosso sistema. Isto poderia ser corrigido. Professoras com curso superior, 1,8%, são aquelas abnegadas que por si, por amor ao Ensino Primário, porque o sistema de remuneração é completamente errado — paga-se a professora pelo nível que ela leciona e não pelo nível de qualificação que ela alcançou; então, o sonho natural, normal e justo da nossa professora primária é, uma vez terminado o Primário, entrar para a Faculdade de Filosofia e ser professora de Ensino Médio, porque ela vai lecionar menos horas por semana, menos da metade de horas por semana, e vai ter um vencimento o dobro do que ela tem como professora primária. Então, o Estado perde anualmente um contingente enorme de excelentes professoras primárias porque elas vão atrás daquilo que é justo, vão atrás de uma melhor remuneração. Também há um erro de enfoque, estas nossas Escolas Normais. Ainda se bate na tecla, ainda se mostra o busto de Júlia Wanderley, e quer se fazer da professora primária a deusa da educação, a primeira namorada do aluno. Isto é muito bonito, mas o problema é de uma professora que tem conhecimentos arduamente adquiridos numa escola profissional e que, portanto, deve ter uma remuneração condigna a esta sua profissionalização. Está na hora de se terminar com esta idealização da professora primária e passar a se considerar a professora primária aquilo que ela é, uma técnica que adquiriu conhecimentos com dificuldade. Outra grande dificuldade nossa: número de aulas por dia que cada aluno tem. Em vermelho, os alunos que têm quatro horas por dia de aula; menos de quatro horas por dia: 40,8% e mais de quatro horas de aula, apenas 0,6%. Nos países mais adiantados, a escolarização exigida, o mínimo que se dá à criança, seis horas por dia. Mesmo assim, estas quatro horas por dia ainda estariam sujeitas a comentários. A criança vai para a escola, escola de uma sala, só com uma única professora, quatro séries, primeira, segunda, terceira e quarta séries, seriam quantas horas de aula por dia, esta criança, na melhor das hipóteses teria uma hora de aula por dia, que corresponde ao tempo que a professora teve para sua série. Na melhor das hipóteses. Uma hora de aula por dia.

Despesas com a educação, ainda referentes a 69. Todos estes foram percentuais e estão mantidos até hoje. Do total aplicado de 100% somente para pessoal, salário família, o Estado consumiu 87,78; despesas correntes 7,89 e diversos 4,24. Deu para investimentos, possibilidade de construção, para in-

vestir na rede apenas 0,09%. Leve-se em consideração que despesas por mês de diversos, também, no fim se reduzem, despesas com pessoal. São convênios e ajuda a outras escolas, ajuda a campanha nacional de educandários gratuitos, serventes e outra série de despesas que não em pessoal, salário família, mas que de fato são despesas com pessoal. Então, perguntam os Srs., como é que o Paraná construiu uma rede escolar e construiu muita coisa a custas do salário de educação, a custa de convênios com a União. Nós sabemos, alguns aqui dentro sabem a dificuldade de se prestar contas do salário educação. A verdadeira maratona, a grande dose de paciência até que se exige, para que se aceite uma prestação de contas, para que a quota seja liberada. Mas hoje ainda também a nossa capacidade de investir ainda anda a 0,00%. As despesas com funções dentro da Educação apenas há um relacionamento em que se gasta com o Ensino Primário, 46,83% e com o Ensino Médio 37% e depois, nos diferentes órgãos da Secretaria, a Secretaria é muito complexa, com todo o movimento que isto exige, patrimônio histórico. Portanto, alguns órgãos como o patrimônio histórico e artístico, fundamental para a educação, fundamental para as afirmações de nacionalidade, só é possível empregar 90,5%. No Ensino de Cultura Artística ou de Educação Física disposta bem agora, em que a Nação procura dar ênfase, só é possível chegar a 0,64%. Esperamos que isto seja corrigido através da Loteria Esportiva e outras fontes de financiamentos, que o Estado venha a ter através da Educação. As repartições de responsabilidade.

Quem educa o Estado do Paraná, nas Escolas Federais, é de 0,19% em Ensino Primário, o que seria até surpresa, porque a União, não se lança em Ensino Primário, mas são escolas de faixas de fronteiras, uma grande responsabilidade então, divisão entre Estado e Município. O Estado com 53,84%, o Município com 40,8%, quase metade do Ensino Primário já está às custas do Município.

Como os Senhores viram, o Ensino Particular, o Ensino Primário, é insignificante, a contribuição do Ensino Particular, do Ensino Primário, é insignificante, já não mede a uma inversão, o Estado é responsável por 66%, a rede particular, por 33% e o Município apenas 1%, para o 1.º ciclo atual, as quatro séries do Ginásio; para as séries do Científico são mais ou menos mantidas as proporções, apenas, que as responsabilidades dos Estados são muito maiores. Continua o Município com apenas 1% de participação neste tipo de Ensino, e aí cabe uma pergunta, E agora, com o Ensino fundamental? Não há Ginásios nem Primário, como se fazer isto? E vai ser feito.

A relação entre crianças existentes e crianças na escola, podemos com orgulho dizer que em Ensino Primário, o Paraná está atento, pelo menos quantitativamente, fica de lado o aspecto da qualidade, mas quantitativamente em 1968, os dados eram estes. A população escolar de 6 a 10 anos os alunos matriculados, é que davam um déficit de apenas 23.600 crianças fora da escola, ou seja, alunos matriculados, 97%, e crianças foram da escola, 2,7%.

Se nós levarmos em consideração, as áreas de extrema rarefação populacional, onde a escola não é nem viável, e de números excepcionais, poderemos dizer que, em quantidade, atendemos a todas as nossas crianças na Escola Primária. Já no Ensino Médio, a situação não é esta, no antigo Ensino Médio, nós teremos um déficit muito grande, tivemos 639, 640 mil crianças em condições, de 11 a 14 anos, e matriculados apenas 170.700, o que dava um déficit de 468.900. O que prova que a terminalidade, hoje é a do Primário. A massa termina mesmo, é o Primário. O grande número termina, o Primário. Daí, o caráter da lei, de elevar, de fazer esta terminalidade o mais próximo possível das oito séries.

Aquela pirâmide que foi mostrada aos Senhores, em números grandes, apenas sob a forma de gráfico, é o fluxo atual, esperado com projeção para o futuro, de 1.970 até 1.975. Mantida a Lei de Diretrizes e Bases, man-

tidas as dificuldades já apresentadas, encontradas no organismo educacional, em 1.975 teremos um quadro para cada mil alunos que entrassem. Terminariam o colegial apenas 36, sendo que nos diferentes graus, teremos então um número correspondente, mas seria uma perda enorme.

O ideal é que tivéssemos um retângulo, e que o número exato de alunos que entrasse na primeira série, fôsse aquele que concluísse a terminalidade prevista para a Nação. Isto é utópico, ninguém conseguiu isto até hoje, mas há índices que se procuram; e o Brasil procura e se propõe, no ano 2 mil quando estiver alinhados entre as outras Nações, ter essa terminalidade.

Para cada mil alunos que ingressaram na primeira série do primeiro ciclo, nós teremos 900 na última série, na oitava série; e no ciclo colegial devem ser mantidos os mesmos 900. Isto é ideal; é o que se propõe.

Enquanto não se chega ao ideal, com os meios que se dispõe, esperamos aquelas mudanças de atitude, aquelas mudanças de mentalidade, esperamos que todos venham a compreender que educação não é um problema de Governo apenas. Porque se assim fôsse, os países socialistas não teriam problemas educacionais, porque podem tudo; fazem tudo; jogam verbas para aonde querem, provando que educação é um problema de Governo e de comunidade. E que só esta integração perfeita: Governo e Comunidade, pode conduzir a um bom resultado, a meta que nos propomos até 1970 seria esta curva em azul. De tal maneira que teríamos para cada mil alunos, que ingressassem na Primeira Série, no Primeiro ciclo, não os 900 ideais, que isto fica para o Ano 2 mil. Mas 370 e não os atuais 69. E que desses 370, 351 conseguissem concluir as 4 séries do seguinte ciclo; não os 900 mas também não os 36.

Meus Senhores, já me alonguei demais. Tive uma certa técnica na exposição "Que é a nova Lei" e a comparei com a Lei anterior. Mostramos aos Senhores qual a situação educacional do Paraná no momento. E não sei se consegui, mas procurei levar aos Senhores uma Mensagem de esperança, baseada na nova Lei e o que se pode conseguir em termos de educação.

No momento em que o Governo e Comunidade aceitem e repartam por igualmente as suas responsabilidades, no campo da educação. Restaria dizer o que fizemos até agora, para que a nova lei entre em execução e como isto vai ser feito. Antes de mais nada, uma reforma administrativa na Secretaria que se processa no momento; é necessário adequar a Secretaria ao que existe hoje, o novo Ministério da Educação. As vezes, dificuldades de relacionamento; Secretaria-Ministério; porque não há ligação entre os órgãos que a Secretaria tem no momento e aquele que o Ministério possui, depois de sua reforma administrativa. Esta reforma está pronta. Hoje recebemos a visita de um técnico do Ministério da Educação. Aquêlê homem que foi o responsável pela reforma administrativa do Ministério, que vem conferir a nossa reforma com a feita no Ministério, de tal maneira que torna as duas compatíveis e que a Secretaria possa ter melhor relacionamento com o Ministério.

Além disso, temos uma acessoria de planejamento trabalhando em tempo integral, também em convênio com o MEC, que é assistida tecnicamente pelo Ministério de Educação, que deve apresentar dentro de 60 dias, um modelo de reforma a curto prazo. Este grupo trabalha com bastante eficiência, com bastante discernimento. Muitas vezes alguns até altas horas da noite, porque os prazos são curtos. O Grande problema que nós vamos ter que enfrentar é para da nossa rede física que não está preparada para receber, é o pessoal. Professor qualificado; diretor qualificado; professor técnico; de matérias técnicas. Nós vamos ter que oferecer, para aqueles, método de opção, para que o jovem possa escolher.

Também como meta prioritária, no mais curto espaço de tempo possí-

vel, a instalação, no Paraná do CETEPAR — Centro de Treinamento de Pessoal, que esteja em condições de vir a receber esta nova responsabilidade, esses novos professores que vamos precisar para esses novos alunos, que já temos nas escolas, esses novos alunos que, com lei ou sem lei, não se conformavam muito com o ensino que lhes era dado. Este novo professor vai ser a grande dificuldade. Para isto, enquanto não se monta nosso centro de Treinamento, estamos em contacto com outros Estados que já possuem os Centros e já começamos a mandar professores para fora do Estado para que, pelo menos, sejam os iniciadores desta reforma.

Há outro problema que é o problema de custo. Ensino é custo. Isto custa dinheiro. Quanto custa? Os Senhores viram que nossa capacidade é pequena e a nova mecânica do Ensino é completamente diferente. Não basta mais ao Estado dar uma contra partida e receber do Ministério o resto. É preciso apresentar projeto de lei específico, quando se pretender construir uma escola integrada, quando se pretender ampliar o Ensino em uma região do Estado. Tem que se fazer um projeto determinando o custo, depois disto o Ministério irá financiar, com uma contra partida do Estado. Não estamos parados.

Pedimos aos Deputados aqui, que nos honram com sua presença, que nos deem um crédito de confiança. Somos, basicamente, um professor. Nossa passagem pela Secretaria de Educação é puramente episódica. Quando sairmos de lá, com o maior orgulho, com a maior honra, voltaremos à Escola para lecionar. Peço aos representantes do povo, aqueles que me honram com sua presença neste momento, um crédito de confiança, pois não tenho outro objetivo, nesta minha passagem pela Secretaria de Educação e Cultura, a não ser aquele de procurar libertar o maior número possível de brasileiros da pior forma de opressão, que é a ignorância, que é a marginalização.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de encerrar a sessão, a Mesa deseja cumprimentar S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura. Primeira, pela sua vinda espontânea a este Plenário, o que muito nos satisfaz e honrou. Em segundo lugar, pelo que de objetivo, proveitoso e lucrativo resultou de sua presença.

Efetivamente, assunto como o que acaba de ser abordado é do mais alto interesse coletivo. Diz respeito, de perto, às diversas camadas populacionais, que cumpre informar e esclarecer.

E para que esse desiderato de informar e esclarecer a coletividade seja alcançado, nada mais oportuno e adequado do que informar e esclarecer, antes de mais nada, aqueles que são os mais legítimos e autênticos mandatários da confiança popular — os Deputados. No seu transitar incessante, que cobre todo o Estado, nos seguidos contactos pessoais que mantém nas regiões de origem, os Deputados — agora inteirados do assunto — estarão habilitados a levar ao povo a informação correta sobre os objetivos da reforma do Ensino, os esclarecimentos quanto à sua implantação, a antevisão dos resultados que esperamos sejam os melhores.

Portanto, sr. Secretário, com os agradecimentos da Assembléia, receba V. Exa. seus cumprimentos pelo brilho, objetividade e sentido democrático da palestra que acaba de proferir.

A Assembléia agradece, também, a presença de ilustres autoridades, que muito nos sensibilizaram com sua presença e tanto abrilhantaram este Ato.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a

ORDEM DO DIA

anunciada na sessão de ontem.

Levanta-se a sessão.